



A história de um grupo: uma visão analítica do uso da contação de histórias para romper a transmissão do silêncio

Deena R. Harris, New York*

Descreve-se um grupo bem-sucedido de crianças composto de filhos de perpetradores nazistas e filhos de sobreviventes do Holocausto. A contação e escuta de histórias de outros são decisivas para a elaboração do próprio legado e as internalizações. O grupo usou este modelo com outros grupos em conflito ativo. O processo deste grupo é considerado a partir de um ponto de vista analítico.

Descritores: *Transmissão de trauma. Contação de histórias. Perpetradores. Sobreviventes. Estereótipos. Identidade.*

* Psicanalista Membro Efetivo da Associação Psicanalítica Americana.

1 Introdução

Cada história começa pelo seu final (Bruner, 1990). Este trabalho representa duas histórias: meu processo pessoal e a história de um grupo de filhos de perpetradores nazistas e filhos de sobreviventes do Holocausto, cujos encontros iniciaram em 1992, e que estiveram reunidos pela última vez em janeiro de 2007, coincidindo com a aposentadoria do professor Dan Bar-On na Universidade Ben Gurion. Embora eu e outros participantes tenhamos escrito sobre alguns aspectos desse grupo ao longo dos anos, dado palestras a respeito e teorizado, crescido e mudado, somente foi possível considerar esse trabalho como um todo após o encontro de encerramento do grupo em Wuppertal, a aposentadoria do líder do grupo, Dan Bar-On, e, posteriormente, a reunião da Associação Psicanalítica Internacional (IPA), em Berlim. Antes disso, eu não havia encontrado o tom para trazer a história dessa incrível experiência de grupo aos meus colegas analistas. A reunião da IPA em Berlim deu-me a oportunidade de realizar esse passo final em meu próprio processo e, ao mesmo tempo, permitiu-me apresentar membros dos meus dois mundos profissionais uns aos outros. Berlim tornou-se o fórum natural para contar a minha história aos meus colegas analistas; em realidade, não contá-la ali seria a própria perpetuação do silêncio e da dissociação que tantos de nós fomos capazes de resolver através dessa experiência grupal.

O primeiro encontro do grupo foi em 1992 e, apenas após a última reunião, em janeiro de 2007, senti que poderia refletir sobre a história do grupo. O presente artigo procura abordar o processo e a evolução do grupo por uma lente analítica para compreender o que aconteceu: o que funcionou, o que não funcionou e por quê. O artigo reflete experiências de cunho pessoal. Espero descrever os efeitos do grupo sobre os seus membros individualmente, enquanto um segundo trabalho deverá ir além, abordando os efeitos sobre as comunidades e as sociedades de forma global. Através da compreensão psicanalítica da experiência desse grupo, podemos inferir o que poderia ser útil para outros grupos em situação de conflito. De fato, esse grupo original passou a atuar como modelo e facilitador para outros grupos em andamento formados por participantes em conflito ativo – o que será analisado mais detalhadamente no segundo trabalho, mas é um testemunho do sucesso desse grupo. Como se pode imaginar, as questões são bem diferentes para participantes que estão vivendo um estado presente de violência ou opressão, ou mesmo de resolução recente, se comparados a descendentes que carregam um legado, mas estão vivendo relativamente em paz. Além disso, nessa história, ambas



as partes concordam com a narrativa histórica, de forma que não existe disputa sobre os fatos e sobre quem está “certo”.

O presente trabalho descreve a formação e o enquadre do grupo, a análise da dinâmica entre os participantes e o líder, o processo e a experiência do grupo, o conteúdo das reuniões, os eventos significativos da vida do grupo e a evolução em que este enfrentou um momento crítico de dispersão ou expansão. Cada encontro teve seu próprio processo, caráter e resultado e, de certa forma, pôde existir isoladamente como evento único. Ainda assim, cada encontro também foi parte de um processo maior. O fato de termos continuado a nos encontrar ao longo de vários anos permitiu-nos elaborar questões relativas a encontros anteriores e aprofundar o processo. Optei por usar o modelo do processo analítico individual ao estudar o grupo, embora consciente de que não se trata de um grupo de análise ou tratamento de qualquer tipo. Descrevo uma fase introdutória, uma fase de elaboração, uma fase intermediária e uma fase de encerramento. Foi no ponto natural de término, depois que as necessidades individuais e as relações entre os participantes pareciam atendidas, que o grupo mudou seu foco para o que Bion (1961) descreve como grupo de trabalho. Esse foi o marco de início de uma segunda fase, na qual optamos por expandir e testar um modelo que fora tão exitoso para os participantes originais.

Ressalto a relevância desse grupo e de outros que o tiverem como modelo para a sociedade em geral, bem como para o crescimento e a mudança individual. Muito tem sido escrito sobre a importância de tais grupos comunitários para provocar mudanças sociais e políticas e a necessidade desses processos para complementar tratados e políticas que vêm *de cima para baixo*¹.

Conforme já mencionado, embora vários membros ainda estejam em contato e continuem trabalhando em diversos grupos desenvolvidos a partir do nosso grupo de trabalho original, o presente artigo enfoca os quinze anos entre junho de 1992 e janeiro de 2007. Compreende sete encontros entre os participantes originais judeus e alemães, quatro com a expansão a membros internacionais e três em que fomos convidados como grupo por outras conferências internacionais para apresentar o nosso trabalho e conhecer pessoas engajadas em projetos desse tipo. O último encontro aconteceu em Israel, onde nos reunimos para marcar a aposentadoria de Dan Bar-On na Universidade de Beer Sheva. O seu papel e centralidade serão tratados aqui, e espero ser capaz de transmiti-los.

As tarefas de cada encontro eram diferentes, assim como as relações e o

¹ *De cima para baixo* – refere-se a tratados e processos governamentais e políticos enquanto *de baixo para cima* refere-se a processos comunitários, ONGs e processos psicológicos e sociais baseados na comunidade.

entendimento entre os membros do grupo. Questões da logística ao sublime eram tratadas: poder, hierarquia, identidade, condição de vítima/perpetrador, perdas, luto, publicidade, propriedade das produções do grupo, nome para o grupo, papéis individuais e do grupo na esfera política e em outras arenas públicas, necessidade de equilibrar os egos tribais, o ego grupal e os egos individuais, dinheiro, alimentação, água e planejamento prévio e posterior à reunião. Sempre que penso em tudo o que atingimos com tão pouco auxílio externo e muita ingenuidade fico impressionada. Atribuo todo o crédito ao líder/organizador, professor Dan Bar-On, que certamente fez bem mais do que nos dávamos conta para criar o conceito e as condições que permitiram que o grupo acontecesse. Posso avaliá-lo ainda melhor hoje, após ouvir a delicadeza e a sensibilidade com que considera, em seus novos projetos, cada um dos aspectos de suas reuniões com as contrapartes palestinas. Qualquer análise do funcionamento de um grupo deve levar em conta o líder e a relação do grupo com ele e, embora tenhamos por muitos anos insistido que esse era um grupo sem líder, na verdade simplesmente esse não foi o caso.

2 Contexto histórico

O contexto histórico mudou bastante desde a época em que o grupo começou; em parte, isso pode ser atribuído ao trabalho e a esforços como os de nosso grupo, permitindo que se olhe mais abertamente para as consequências do Holocausto. Esse tema se tornou foco de debate em diversas áreas. Há várias razões que explicam essa popularidade. O mais premente talvez seja o fato de os sobreviventes estarem desaparecendo, e as testemunhas do Holocausto sentindo mais urgência em contar suas histórias. Os filhos dos sobreviventes, agora com 40, 50, 60 anos de idade, foram identificados nas décadas de 1970 e 80 como um grupo diferente, com características específicas. Ao mesmo tempo, a área do trauma estava crescendo, e as noções de transmissão do trauma recebiam mais atenção. Nessa época, foi dada grande importância à segunda geração dos sobreviventes do Holocausto, resultando em ampla literatura sobre o assunto (Bergmann e Jucovy, 1982; Vardi, 1992; Kestenberg, 1982; Epstein, 1979). Mais tarde, os psicanalistas também começaram a escrever sobre este tópico (Barocas e Barocas, 1979; Gubrich-Simitis, 1981; Niederland, 1981; Laub, 1985). Na verdade, tendo em vista que inúmeros filhos de sobreviventes optaram por trabalhar na área da saúde, eles próprios começaram a formar grupos de terapia e de apoio para essa população. Esses grupos tinham características próprias e passaram a ser denominados de 2Gs (Segunda Geração).



Como na maioria das situações pós-conflito, a atenção é para as vítimas e suas famílias, e dedicam-se menos pensamentos e teorias aos perpetradores e seus descendentes. Isso provavelmente é ainda mais acentuado quando há pouco contato geográfico entre os dois lados, quando um deles foi banido, varrido, ou “limpado”. Em tal situação, ambos os lados provavelmente vivam em “*isolamento esplêndido*” sem nunca encontrar um ao outro (eu mesma seria uma dessas pessoas e teria continuado a transmitir uma postura traumática aos meus filhos, alunos e pacientes, em vez de estar escrevendo este trabalho hoje). No final da década de 80, os autores começaram a escrever sobre os filhos dos perpetradores do nazismo (Sichrovsky, 1988; Hardtmann, 1982). Embora exista atualmente, na Alemanha, uma discussão bem mais aberta e maior responsabilidade relacionada ao tema, ainda reina disparidade entre os gestos públicos e as investigações privadas sobre os efeitos do Holocausto entre as famílias. O fato de os participantes alemães do nosso grupo começarem a falar entre si e depois concordarem em encontrar o lado judeu foi verdadeiramente pioneiro e sem precedentes, até então, na Alemanha.

3 História do grupo

Em 1985, Dan Bar-On entrevistou filhos alemães de pais nazistas. Ele foi um dos primeiros a interessar-se pelo outro lado da história dos filhos dos sobreviventes. A maior parte da literatura e os trabalhos que surgiam relacionavam-se ao lado judeu e tratavam da transmissão do trauma. O que estava acontecendo com os filhos dos perpetradores? Quem eram eles e como estavam lidando com as ações e papéis de seus pais no Holocausto?

Suas entrevistas foram compiladas em um livro chamado *Legacy of silence* (*O legado do silêncio*, 1989). Vários entre os entrevistados nunca haviam falado sobre o seu legado nazista antes e encontravam-se bastante isolados em meio a seus sentimentos. O livro foi traduzido ao alemão muito tempo depois de ter sido publicado em diversos outros idiomas, pois os entrevistados temiam expor-se. Conforme já mencionado, o clima hoje em dia na Alemanha naturalmente está bem diferente. O grande número de filmes, livros, memórias, obras de arte e discussões sobre a história da Alemanha comprova a mudança ocorrida nesse país nos últimos vinte anos. Entretanto, ainda há muito trabalho individual a ser feito, apesar do reconhecimento público estar bem mais consolidado. Talvez tenha sido exatamente porque Bar-On era de fora, um israelense, que os entrevistados conseguiram abrir-se com ele e contar-lhe as suas histórias.

Depois da realização das entrevistas, alguns dos entrevistados alemães,

que apenas tinham ouvido falar uns dos outros através de Bar-On, quiseram conhecer-se. Formaram um grupo de auto-ajuda (sem líder algum) e encontraram-se durante quatro anos. Ao longo de seu próprio processo, reuniam-se periodicamente com Bar-On e, a certa altura, tanto ele quanto esses entrevistados sentiram que o próximo passo deveria ser um encontro com as contrapartes judias.

Bar-On esperou vários anos antes de propor esse avanço até estar convencido do comprometimento e da seriedade do grupo (Bar-On, 1993). Embora alemães e judeus interagissem e tivessem contato desde a guerra, não se faziam tentativas de encontros com o fim específico de lidar com questões psicológicas e emocionais resultantes do Holocausto. Na época, não havia precedentes nem tampouco uma forma de prever o que resultaria da formação desse grupo, ou melhor, da reunião de todos nós numa sala. Esse foi um dos primeiros (se não o primeiro) encontro organizado, embora não-estruturado, entre os dois lados. Parecia um empreendimento muito arriscado e, embora estivéssemos empolgados com as possibilidades, estávamos todos bastante cautelosos.

4 Formação e enquadre

Os membros alemães eram provenientes do grupo de entrevistados mencionado acima. Alguns outros alemães, que moravam fora da Alemanha, tinham conhecimento do trabalho de Bar-On e pediram para participar também. Bar-On tinha contato com muitos filhos de sobreviventes, tanto americanos que conheceu no transcurso de um ano em que ficara de licença nos Estados Unidos, quanto entre seus alunos na Universidade de Ben Gurion. De minha parte, o conheci em uma reunião da Sociedade Psicanalítica Americana em Nova Iorque, onde apresentei meu trabalho com um paciente alemão cujo pai era nazista. Cresci como filha de uma refugiada da Alemanha, odiando a Alemanha e convencida de que nunca teria nada a ver com os alemães. Sou grata a meu paciente de psicanálise, que despertou minha curiosidade a respeito do outro lado e possibilitou-me sentir empatia por sua dor e vergonha em função de quem havia sido seu pai. O paciente havia crescido em uma cidade próxima do local de proveniência de minha mãe, tendo nascido quatorze anos depois dela. Tratá-lo permitiu-me acessar uma parte de minha própria história que eu havia sepultado. Esse foi o início do processo que despertou minha curiosidade e permitiu com que me sentisse psicologicamente capaz de enfrentar um encontro como o que Bar-On estava propondo. Mesmo assim, não acredito que eu tivesse consciência de todas as razões por que desejava



participar. Apenas mais tarde, dei-me conta de que necessitava superar um trauma que me havia sido transmitido, controlar meu destino, familiarizando-me mais com “o inimigo”, reparar algo por minha mãe ao confrontar suas origens. Também estava consciente do desejo de entender como pessoas comuns podiam fazer coisas más, e esperava que os filhos desses proeminentes nazistas tivessem respostas. Eu era ingênua quanto ao legado de repressão e vergonha dessas pessoas, que as impedia de conhecer seus próprios pais. Além disso, é claro que eu estava inconscientemente pressupondo que elas possuíam dentro de si a maldade de seus pais, não reconhecendo meu preconceito a esse respeito.

5 Fase introdutória

O primeiro encontro ocorreu em Wuppertal, Alemanha, em junho de 1992. Ficamos reunidos durante cinco dias, que se transformaram no protótipo para os encontros posteriores. Desde o início, ao escolhermos o local, o conceito de vítima e perpetrador estava no ar. Não havia discussão sobre a verdade histórica dos fatos e, portanto, o acordo sobre os papéis de cada um dos lados era pleno. Essa era uma característica exclusiva desse grupo se comparado a grupos de conflito ativo, nos quais normalmente não há acordo claro entre os lados no que se refere aos papéis e responsabilidades na história do trauma. O papel da vítima oferece um patamar moral mais elevado, o que a predispõe a fazer concessões aos perpetradores para encorajá-los ao enfrentamento (Montville et alii, 1990). É bem mais fácil reivindicar o papel de vítima, e, somente mais tarde, conseguimos perceber as complicadas identificações que acompanham ambos os rótulos. Apenas em retrospectiva, foi possível avaliar a facilidade em fazer arranjos e enquadrar em um grupo em que não há discussão sobre os papéis das partes. Além disso, estávamos lidando exclusivamente com a transmissão do conflito entre gerações; nenhum dos membros do grupo (com possível exceção de um alemão que participara da Juventude Nazista) teve de enfrentar o seu próprio papel na guerra. Ainda assim, a regra básica não-pronunciada que permitiu ao grupo sentir-se seguro em relação aos membros judeus foi o consenso de que todos os judeus eram “vítimas” e os alemães eram “perpetradores”. Isso também foi usado como uma resistência que, posteriormente, pudemos identificar abertamente. Para uma aliança inicial, não teria funcionado de outra forma. Os alemães estavam preparados para assumir o papel de parte culpada, e os judeus exigiam reconhecimento como sofredores. O fato de sermos descendentes – e não participantes ativos do trauma –, da opressão e da violência fazerem parte do passado – na verdade, todos vivíamos



Deena R. Harris

em liberdade e segurança – e dos papéis de vítima e perpetrador estarem claros e não serem questionados de nenhuma forma marcava a diferença crucial entre nosso grupo e os grupos em que há conflito ativo, nos quais os papéis do perpetrador e da vítima estão em ambos os lados e há sofrimento e insegurança acontecendo na vida cotidiana dos participantes. O que motivou cada um dos membros para um primeiro encontro foi uma história pessoal. Em realidade, essas histórias transformaram-se no alimento de nossas reuniões, e sua contação tornou-se a base de nossa metodologia.

No que se refere à minha própria história, cresci numa família que nunca comprava produtos alemães e não via nenhuma razão que justificasse uma viagem à Alemanha. Não se falava nem ensinava a língua alemã (apesar de eu ouvir minha mãe contar e xingar em alemão quando estava brava). Não há espaço em minha psiquê ou no discurso da minha família para considerar os alemães como pessoas. Odiávamos os alemães, e todos eles eram do mal. Não cresci numa família que fazia silêncio sobre o assunto – ao contrário, cresci com histórias dramáticas e surreais dos nazistas, vidros quebrados e jovens meninas sendo afastadas de seus pais em trens e vivendo aventuras. Quando criança, não entendia bem o que era um nazista – uma espécie de monstro que assava suas vítimas. Minha versão era a transmissão da história de minha mãe, que, por sua vez, era a história dela enquanto uma menina de onze anos de idade que havia vivenciado um trauma incompreensível, que ela havia transformado numa história compreensível para si mesma e para mim. Embora eu fosse bastante viajada, nunca havia posto os pés na Alemanha. Em uma viagem à Europa no final da faculdade, que realizei com amigos americanos, dei a volta na Alemanha e encontrei-os na Suíça para não me arriscar ao atravessar a Alemanha.

Fiquei chocada com minha própria regressão à paranóia e ao medo quando cheguei à Alemanha para aquele primeiro encontro (de Lufthansa, companhia aérea que eu deveria boicotar). Quando subi no trem para visitar a cidade natal de minha mãe, tive certeza de que seria identificada como judia e de que algo terrível poderia me acontecer. Se eu não conseguisse chegar até a reunião, algum outro membro judeu saberia onde me encontrar? Ainda não existia telefonia celular naquela época; portanto, eu não teria meios para avisar em casa que corria perigo. Minha avó (sobrevivente do Holocausto) tinha falecido dois meses antes, e, agora, eu estava convencida de que ela havia morrido para não precisar enfrentar a minha viagem à Alemanha. Fui tomada por medo, pensamento mágico e franca paranóia. Agora, tantos anos depois e tendo retornado à Alemanha inúmeras vezes para os mais diversos fins, é difícil recordar aqueles sentimentos de medo e regressão. Se não fosse pelo trabalho do grupo, eu não teria a liberdade que tenho hoje.



6 Primeiro encontro (aliança de trabalho, cura pela transferência)

Nunca esquecerei a primeira vez que vimos “*os outros*” quando eu (protegida por um colega judeu de cada lado) entrei na sala onde haveria café com bolo antes da nossa reunião. Não sei bem o que eu estava esperando, mas certamente não era um grupo de pessoas de meia idade com cara tão normal! Nem pensei em preocupar-me com a primeira impressão deles sobre nós e estava longe de imaginar que eles estavam tendo sua própria experiência interior. Cautelosamente, sentamos em círculo, curiosamente alinhando-nos mais por sexo do que por “*lado do conflito*”. Discutimos duas possibilidades de nos apresentarmos: separando duplas e depois cada membro da dupla apresentando seu parceiro ou simplesmente cada um apresentando-se seguindo a ordem do círculo. Ficou claro imediatamente que ninguém estava querendo sair do grande grupo, *perder* qualquer uma das histórias, e, assim, permanecemos juntos e apresentamo-nos individualmente. Resultou que levamos três dias e meio. Foi nessas primeiras apresentações que começamos a contar as nossas histórias individuais. Ouvir foi tão interessante quanto contar. O grupo estava estabelecendo o nosso formato de contar e ouvir as histórias. Não havia pauta de reunião, e isso também se transformou em marca registrada de nossos encontros posteriores. Como nessa primeira reunião, os membros criavam a pauta e alteravam-na ao longo do processo de cada encontro. Para esse primeiro, tínhamos apenas algumas perguntas gerais como diretrizes, formuladas por Bar-On:

Os dois grupos podem conversar entre si de forma autêntica?

1. Existe uma pauta em comum que poderia ser desenvolvida?
2. Existe algo mais que os grupos poderiam atingir juntos, além do que cada um já fez sozinho?

O papel do líder (BarOn) rapidamente começou a ser questionado. Havia desconfiança do lado alemão e a necessidade de garantia de segurança do lado judeu. Os alemães temiam que não fosse possível termos um mediador isento, já revelando sua enorme culpa e vergonha. Foi estabelecida uma dinâmica, na qual reconheciam seu papel de perpetradores, o que permitia aos judeus permanecerem em uma zona de conforto, onde os alemães eram moralmente “*maus*”. Acredito que essa aceitação inicial de papéis foi importante para o lado judeu sentir menos conflito e culpa ao encontrar-se com descendentes de perpetradores nazistas. Os membros judeus precisavam da confirmação de que o sofrimento (dos seus pais) seria reconhecido e não diminuído. E embora não estivessem prontos para ouvir nada sobre nenhum sofrimento alemão, foi importante ouvir que os alemães haviam sido profundamente afligidos e até mutilados pelo legado de seus pais. Muitos

dos membros judeus temiam constatar, no primeiro encontro, racionalizações ou outros tipos de defesas por parte dos alemães, o que provavelmente os teria levado a interromper a reunião, já que o grupo, naquele momento, ainda não tinha condições de lidar com conflito e agressão. O acordo tácito sobre esses papéis no grupo também permitiu evitarmos o conflito nos estágios iniciais. Claro, isso pode ser uma resistência, um conluio, no qual todos os membros precisam concordar com a mesma premissa. Era necessário, talvez, que os participantes inibissem sentimentos que não estivessem em conformidade com essas suposições. Mas essas resistências iniciais foram necessárias para formar uma aliança e, de qualquer maneira, eram prematuras demais para serem desafiadas. Suponho que, se não tivéssemos continuado a nos encontrar depois daquela primeira vez, teríamos ficado presos nessas posições, e o grupo não sobreviveria para contar sua história. Um dos *insights*-chave que ocasionaram mudança intrapsíquica e interpessoal em nosso grupo foi a consciência e a experiência vivenciada por cada membro de seu potencial para ser tanto vítima quanto perpetrador, além de espectador.

À medida que foram se sucedendo os dias na etapa de nosso primeiro encontro, todos sentiram uma espécie de euforia e enorme alívio. Queríamos estar juntos o tempo todo, mesmo nos intervalos. O nosso mundo grupal, criado em tão curto espaço de tempo, era tão intenso que não tínhamos qualquer desejo de interromper a reunião para socializar com pessoas de fora. Esse sentimento anunciava uma sensação comum de estranhamento que todos experimentaríamos ao retornar aos nossos lares após o encontro. Em reuniões posteriores, foi possível falarmos sobre esse estranhamento – o fenômeno de *re-entrada* ao retornarmos às nossas comunidades. Os dois lados e dezoito indivíduos estavam transformando-se em um grupo – estavam sendo criadas novas normas, novas alianças, novos entendimentos e uma história compartilhada.

Encontramos aspectos em comum que jamais havíamos previsto e aos quais nunca havíamos dado muita atenção, mas que nos forneceram um enquadre e novas questões para refletir em reuniões futuras. Uma interessante experiência em comum compartilhada de alguma maneira por quase todos os membros era o sentimento de perda de suas raízes. Esse conceito pode ter parecido óbvio aos membros judeus, que eram todos de famílias que haviam sido desalojadas de alguma forma. Em realidade, diversos membros judeus haviam nascido em campos de pessoas desalojadas, imediatamente após a guerra. Os judeus puderam constatar como os alemães viam suas próprias raízes como estragadas e não conseguiam abraçar seu *lar*, a Alemanha, com orgulho. Esse reconhecimento não só aprofundou minha compreensão do complexo senso de *self* que eles precisavam construir como também enriqueceu meu trabalho com muitos pacientes que lutam com a



necessidade de dissociação para se identificarem com pais, país ou raízes problemáticas. O deslocamento psicológico² que isso lhes causava era algo que eu nunca havia levado em consideração. Passei a perguntar-me se isso estaria relacionado à impressão que tinha de que bem menos alemães do que judeus da mesma faixa etária tinham filhos. Muitos falavam do sentimento de que “*sangue manchado*” não deveria ser passado adiante. Ficou claro que o silêncio traumático que havia sido legado diferia crucialmente entre os dois lados – os filhos judeus de sobreviventes haviam lutado contra pais traumatizados, mas “*bons*”. Os alemães estavam lutando contra a aceitação de um pai cruel ou mau e, portanto, percebiam a si mesmos como “*maus*”. Por extensão, tiveram experiências diferentes ao serem educados pelos pais, ao desenvolverem um conceito de *self* e ao considerarem a possibilidade de se tornarem pais eles mesmos. Como seus pais haviam conseguido dissociar suas atividades maldosas de seu comportamento em casa com os filhos ainda era uma questão que me preocupava. Na verdade, ouvimos uma história em que a dissociação não havia logrado tanto sucesso. Um dos membros alemães, cujo pai continuou secretamente a utilizar a saudação *Heil, Hitler* durante a década de 60, descreveu o sadismo e a fúria assassina do pai contra os próprios filhos. Apesar de histórias como essa, pudemos observar mais de perto os estereótipos e seus efeitos insidiosos – que pais judeus são supertolerantes e pais alemães são severos e cruéis. Através das nossas histórias, pudemos reconhecer o uso defensivo de estereótipos para ambos os lados e dentro de subgrupos.

Para muitos alemães, havia a sensação não só de serem compreendidos pelos membros judeus, mas também de compartilharem essa nova experiência entre si, com companheiros alemães. Ambos os grupos compartilhavam a percepção de cicatrizes relacionadas a experiências de seus pais que os haviam afetado profundamente e a crença de que ninguém mais seria capaz de entender isso. E, claro, o legado do silêncio – traumático para qualquer criança que cresce ciente da existência de segredos – era um forte modelador para os membros dos dois lados.

Ao final daqueles primeiros quatro dias, havíamos anotado novas questões que consideramos importante compartilhar e explorar em conjunto. Comprometemo-nos a permanecer um grupo e a continuar o nosso processo.

1. Quando e como eu soube que o Holocausto havia desempenhado um papel na minha vida?
2. Como enfrentei o auto-estranhamento e o estranhamento social ao lidar com esse fato?

² N.R.: *Psychological dislocation* no original, significando o sentimento de estarem *deslocados*, fora do seu lugar.

3. Como lutei contra o sentimento de falta de raízes associado a isso?
4. Consigo identificar a vítima e o perpetrador em mim mesmo? Eles falam entre si e o que dizem?
5. Posso iniciar uma vida própria, emocionalmente independente da dos meus pais e do contexto social deles? Como?

Bar-On enfatizou seu conceito de independência separado de dependência ou contradependência. Também escreveu sobre a formulação dessas questões e sua relevância para outros grupos de conflito. No entanto, nesse momento, estávamos apenas levando em consideração a nossa história particular (Bar-On, 2006).

Posteriormente, pudemos compartilhar a sensação em comum de estarmos traindo nossos pais ao participarmos desse grupo, o que se repetiu mais tarde com a continuidade de nosso relacionamento e de nosso trabalho num projeto como esse. Essa experiência compartilhada acrescentou uma nova história em comum ao grupo, e sua base era mais onde nos parecíamos uns com os outros e que justamente nos apartava de nossas comunidades de origem.

A euforia do primeiro encontro foi indescritível. Era sentida por todos, apesar de não sabermos o que a provocara, mas havia a certeza do desejo de nos encontrarmos novamente. Ambos os lados estavam convencidos de que precisávamos continuar. Parte do alívio entre os membros judeus se deu por livrarem-se de uma carga de ódio cego e medo do *Outro*. Todas as minhas reações iniciais ao pousar na Alemanha pareciam pertencer a outra época e a outra pessoa. Sentia-me mais forte e mais segura do que nunca. Entre os membros alemães, a sensação era de libertação, na medida em que se viam, agora, mais humanos enquanto aceitos pelo grupo perante o qual sentiam tanta vergonha, culpa e medo de desprezo. Decidimos nos reunir no ano seguinte em Israel. Como era de se esperar, as amplas e positivas transferências da primeira reunião não puderam ser sustentadas na segunda, quando nos encontramos em Israel. Lá, aconteceu o trabalho pesado e alguns testes reais do grupo. Muitas questões de competitividade, hierarquia e relação com o líder estavam presentes no primeiro encontro, mas não haviam sido conversadas explicitamente. Era cedo, e nós ainda estávamos investindo em idealizar o grupo. Era importante manter a idéia do mesmo como local seguro, onde nos sentíamos bem, um grupo de *pressuposto básico* (Grinberg, 1993), e o alívio provocado pelo sucesso dessa ousada experiência possibilitou que os reais problemas fossem reprimidos ou negados.

Havia conflitos sutis fermentando entre os subgrupos, cada qual sentindo-se mais confortável com a ansiedade e a agressão dentro de suas próprias fileiras. Havia alguns subgrupos – os judeus e os alemães, homens e mulheres, judeus



israelenses e americanos, os mais próximos do líder e mais fluentes em inglês em oposição aos que necessitavam de tradução. A tradução virou um tópico de discussão e, por ocasião do terceiro encontro, dois membros alemães deixaram o grupo devido à dificuldade de falar e entender inglês. Decidimos que um tradutor acrescenta uma camada de defesa ao calor do conteúdo emocional, portanto as reuniões eram realizadas em inglês. A língua é uma questão crucial em qualquer grupo misto, determinando controle, conforto, poder, bem como compreensão e expressão. O próximo artigo que pretendo escrever sobre grupos em conflito ativo abordará esse assunto de forma mais teórica. Também houve outras questões em jogo para os que não retornaram após o primeiro encontro. Analisando retrospectivamente, os pais de dois desses membros não haviam sido proeminentes nazistas, nem tampouco estiveram diretamente envolvidos no círculo mais próximo de Hitler. Pode ter havido menos espaço para eles dentro do subgrupo dos alemães devido a questões de competição, e isso pode ter refletido a posição ambivalente ocupada pelo espectador na história.

Nossa crítica era maior dentro dos próprios subgrupos do que de um lado a outro. Um dos reflexos interessantes das categorias hierárquicas foi a rejeição, por parte do grupo alemão, de uma mulher alemã provinda dos Estados Unidos que desejava participar do grupo. Eles foram extremamente relutantes em aceitar a participação de uma *nova* alemã, que não lhes era conhecida do grupo anterior (Bar-On a tinha conhecido nos Estados Unidos). As deliberações dos alemães quanto a permitirem ou não sua participação não faziam sentido para o lado judeu naquele momento. Debates sobre o assunto no decorrer da semana, e o problema complicou-se ainda mais quando essa mulher (que, por fim, fora autorizada a participar) revelou que seu pai “*não havia participado efetivamente de atividades nazistas, mas que, de qualquer forma, ele não gostava dos judeus*”. O papel dessa mulher no grupo e sua identificação menos clara com um dos lados a transformaram numa espectadora no grupo, refletindo o papel que ela também atribuía à sua família. Subseqüentemente, ela passou a sempre se atrasar para as reuniões, permitindo que a agressão de ambos os lados fosse projetada contra si. O grupo estava atuando algo ainda inconsciente naquele momento. Não havia espaço nem capacidade de continência por parte dos indivíduos ou do grupo para a história daquela mulher. Sabemos, através da literatura sobre testemunho e trauma, que os espectadores também são traumatizados. Novamente, todos aprendemos algo novo a nosso respeito, a respeito da intolerância, do uso do bode expiatório e da facilidade com que podemos inverter as posições entre sentir-se vitimizado ou tornar-se um vitimizador. A discussão do papel do espectador é digna de nota por diversas razões. Eles desempenham um papel importante numa



Deena R. Harris

situação de conflito, embora menos identificável que o das vítimas e perpetradores óbvios. Frequentemente, representam a maioria e, portanto, refletem atitudes e preconceitos aprovados pela sociedade. Elie Wiesel, ao falar sobre *Os perigos da indiferença na Casa Branca*, disse: “A indiferença, no final, é mais perigosa que a raiva e o ódio... a indiferença sempre é amiga do inimigo, porque beneficia o agressor – nunca a vítima [...] no lugar de onde eu venho a sociedade era composta por três categorias simples: os assassinos, as vítimas e os espectadores” (Wiesel, 1999, s.p.).

No segundo encontro, ficaria mais claro que ambos os lados estavam conscientes de suas hierarquias. Os alemães sentiam que os membros cujos pais tinham sido mais poderosos, proeminentes e assassinos recebiam mais atenção. O lado judeu sempre havia competido com relação ao sofrimento e experiência dos sobreviventes dentro de uma hierarquia própria. Os pais que estiveram em campos de extermínio conferiam maior status do que aqueles que estiveram escondidos ou que conseguiram fugir. Esses valores são transmitidos aos filhos, que, da mesma forma que a espectadora alemã, não sabem se possuem direito legítimo como membros do grupo da segunda geração. Passei a compreender melhor o meu paciente, o qual sempre sentia seu pai como um zero à esquerda, um fracassado. Ele lamentava: “*Nem um bom nazista ele conseguiu ser; era do grau mais baixo, um nazista inferior...*”. No contexto de sua cultura, o paciente estava lutando com os padrões de sucesso e fracasso. Devemos ao trabalho do grupo a possibilidade que tivemos de respeitar e reconhecer cada uma das experiências individuais pelo que ela representou para cada um e, por outro lado, as experiências de nossos pais como próprias deles, tendo para os mesmos um significado que jamais poderemos alcançar. Assim, as histórias individuais passaram a ser reconhecidas por seu valor intrínseco e não em comparação às demais. Talvez tenha sido mais difícil prestar atenção na história da espectadora, porque o legado para a criança, nesses casos, é perceber sua própria história como uma não-história. Isso poderia também explicar a projeção de sentimentos negativos contra os espectadores.

As discussões sobre a publicação ou relatos de nossa experiência levaram à exploração de questões mais profundas referentes a sentimentos de confiança, concorrência e proteção. Combinamos que todos teriam que estar de acordo se um de nós resolvesse escrever sobre o grupo. Conseguimos consentir na realização do vídeo da BBC (Clay, 1993), porque a produtora, Catrine Clay, estava totalmente fora do nosso conflito. Além disso, ela fizera questão de visitar-nos individualmente e ouvir a história de cada um, o que levou a um natural sentimento de conexão com ela. Clay havia realizado um documentário sobre uma das participantes alemãs



que nascera em um Lar Lebensborn³ e passou boa parte do início da sua vida adulta pesquisando e descobrindo o que seu pai tinha feito e quem exatamente havia sido. Todos considerávamos que esse filme fora feito com sensibilidade.

Ao assistirmos juntos ao filme numa das noites durante o primeiro encontro, foram levantadas várias questões para o grupo que, de outra forma, poderiam ter ficado adormecidas por mais tempo. O filme emocionava muito, e nossas diferentes reações serviram para mostrar algumas diferenças culturais e estereótipos. Durante a apresentação do filme, a participante que era o tema ficou bastante chorosa e preocupada. Algumas participantes judias se sentiram mais inclinadas a protegê-la, confortando-a naturalmente, enquanto os colegas alemães não conseguiam reagir à dor que ela demonstrava, e alguns se mostraram críticos inclusive à atenção que ela estava recebendo. Isso levantou discussões sobre os estereótipos da família judia afetuosa e da educação alemã fria e austera. Tive dificuldades para ouvir as histórias alemãs onde estereotipavam e tinham inveja das famílias judias, bem como para escutar sobre a tristeza dos alemães pela perda da cultura e da potencial contribuição judaica ao seu país. Nesses momentos, eu podia ouvir a voz da minha mãe em minha cabeça dizendo: *“Isso é um alemão para você – eles nos matam e depois choram o que perderam”*. Temporariamente, eu havia me afastado de escutar com empatia as histórias e estava reagindo com meu ego tribal. É compreensível que sensações afetuosas e boas intenções não se transformem de imediato em confiança verdadeira quando existe uma forma de pensar engendrada ao longo de toda uma vida. Felizmente, os encontros posteriores oportunizaram o trabalho de elaboração na busca de uma confiança mais genuína e sólida.

7 Segunda reunião (desidealização) – Neve Shalom, Israel, 1993

O segundo encontro foi diferente do primeiro por uma série de razões. Ele foi realizado dez meses depois, em abril de 1993. Encontrávamo-nos em Israel, que tinha um significado bem diferente do que a Alemanha para todos os participantes. O país ainda estava lidando com seu passado no Holocausto em meio a um conflito presente, ativo, com os palestinos. Como anfitriões, os membros israelenses do grupo enfrentaram algumas questões difíceis no planejamento. Um dos participantes, que havia oferecido o seu kibutz, deu-se conta de que ali moravam vários sobreviventes do Holocausto, que não entenderiam nem tolerariam

³ Significando *Fonte da vida*. Tratam-se de lares criados por Himmler para mães solteiras com filhos de raça pura.

a presença de descendentes nazistas. Havia, também, problemas de logística para a entrada de um proeminente membro alemão sem que a imprensa o perseguisse. Por final, decidimos realizar o encontro em Neve Shalom, uma comunidade-modelo onde os árabes e judeus vivem em cooperativa e mantêm um centro de paz.

Os participantes estavam felizes por se encontrarem, e havia esperança de que a euforia fosse renovada. Tínhamos mais consciência das pressões do mundo real à nossa volta, um sentimento que havia sido suspenso em nossa primeira reunião. Assim era Israel – um lugar onde, a princípio, o papel judaico é diferente do que é na Alemanha. As “*vítimas*” não são mais tão claramente vítimas aqui. Os judeus são, sim, a maioria predominante. Estava acontecendo um conflito ativo no país e, embora alguns dos participantes alemães expressassem culpa e medo por estarem em Israel, outros sentiam-se aliviados por não serem os únicos “*perpetradores*” na sala.

Mantivemos o formato da primeira reunião, dando a volta em círculo, contando nossas histórias, o que mais tarde chamamos de *nossos rounds*. Estávamos ansiosos para conversar uns com os outros a respeito das experiências de cada um no retorno às respectivas comunidades. Falamos de nossas dificuldades e triunfos. A hostilidade sofrida pelo grupo e por alguns indivíduos em particular fez com que desejássemos protegê-los e fomos capazes de sentir empatia e compreensão mútua. Sentimos orgulho quando foram relatadas experiências e feedback positivos subsequentes ao retorno dos membros às suas comunidades. Também compartilhamos nossa sensação de isolamento e desespero ao enfrentar pessoas que criticavam e repudiavam nossa experiência. O conflito entre o ódio e o desejo de proteger nossos pais continuava sendo algo que tínhamos em comum. Cada um, à sua maneira, havia lutado para se manter sensível e leal à própria família e, ao mesmo tempo, para *defender* o grupo e integrá-lo à visão que tinham de nós.

Lentamente, começamos a enfrentar agressão e sentimentos negativos no grupo. Por outro lado, diversos fatores externos forçavam-nos a buscar objetivos de longo prazo, embora esse fosse apenas nosso segundo encontro. Continuaríamos como grupo focado internamente, trabalhando em nós mesmos, ou aceitaríamos projetos, abriríamos para novos membros, nos orientaríamos por tarefas? O processo e o conteúdo de todas essas questões foi definitivamente influenciado pela presença da BBC. As filmagens fizeram emergir aspectos que, de outra forma, teriam permanecido pré-conscientes por mais tempo. A equipe de filmagem também serviu como um *terceiro* que, de diversos modos, auxiliou a solidificar nossa unidade como um grupo único e coeso. E isso também permitiu



vislumbrarmos a rapidez com que ocorrem mecanismos de nós-eles, preconceito, dissociação, competição e aliança em qualquer microcosmo.

8 A filmagem: rompimento do enquadre

Conforme já dito, a produtora havia feito questão de visitar cada um de nós em casa, no ano anterior, para conhecer-nos individualmente. Em consequência, cada um se sentia especial e partícipe de seu projeto – de forma semelhante ao que ocorrera na ligação pessoal com Bar-On. De certo modo, ela se transformou em um objeto de transferência, estimulando a dissociação de sentimentos transferenciais. Detectamos certa tensão entre ela e Bar-On; eles eram os pais, e queríamos agradar a ambos. Ela era também muito interessada e empática, de forma que não nos sentíamos usados e ficamos ávidos por auxiliá-la no projeto (obviamente, reconhecendo o ganho secundário para nosso próprio projeto e, quem sabe, nutrindo fantasias individuais e narcisistas de se ver transformado em um astro de televisão). Cada passo a ser dado por ela devia receber a permissão do grupo. Entretanto, era inegável que estávamos pouco à vontade durante a realização das filmagens, e pairava no ar a sensação de haver uma audiência. Além disso, as hierarquias de importância que havíamos observado foram validadas pela seleção da produtora ao escolher apenas algumas das “*melhores histórias*” que receberiam mais atenção no filme. Os restantes apareceriam apenas em cenas do grupo e de forma fragmentada. Dessa forma, acrescentou-se um elemento de competição e rivalidade que, de outra maneira, talvez não tivesse vindo à superfície tão cedo em nosso trabalho conjunto. Assim como sempre houvera certa concorrência pela proximidade com o líder, desenvolveu-se uma competição para ser *escolhido* pela equipe do filme. E havia certa tensão em termos de rupturas causadas pela filmagem. O filme em si tornou-se um objeto para deslocar outras ansiedades. Queríamos controlar cada aspecto da propriedade do filme, envolvemo-nos em questões legais relativas ao acesso ao vídeo, a quem poderia exibi-lo e onde, e, ao final, decidimos que qualquer um de nós precisaria da permissão dos demais para usá-lo em público. Os alemães não autorizariam sua retransmissão na Alemanha por medo de aborrecer suas famílias, que não estavam abertas para nosso trabalho, bem como pelo temor de ser identificados entre pares e colegas que desconheciam a origem nazista de seus pais. Para alguns participantes judeus, isso trouxe a sensação de que os alemães talvez não estivessem tão preparados para enfrentar o passado quanto pareciam. É interessante que, com o passar dos anos e ao longo do trabalho, os alemães foram se abrindo com suas famílias e

colegas e se dispondo a falar sobre o Holocausto e sobre nosso grupo. Esse foi um resultado direto de nosso trabalho conjunto, e não havíamos previamente avaliado o tempo necessário para permitir essas mudanças. É provável que alimentássemos uma esperança latente de que ocorressem mudanças externas sem nosso envolvimento direto. Agora que estou mais familiarizada com a sociedade e a cultura alemã, percebo que nossos participantes apenas eram o reflexo da enorme discrepância que se manifesta na Alemanha quanto à conscientização frente ao Holocausto. Eles já estavam à frente de muitos de seus contemporâneos no que se refere ao desejo de debater o assunto, pois há, nesse país, reconhecimento, responsabilidade e abertura públicas sobre o tema que não ocorrem dentro das famílias, em um nível pessoal e privado. A *conspiração do silêncio* tem sido usada para fazer referência ao conluio entre os sobreviventes e a sociedade, incluindo os terapeutas, com a finalidade de reprimir as suas histórias (Danieli, 1984). Ninguém queria falar ou ouvir a respeito. Pela primeira vez, pude compreender o impacto dos mesmos fenômenos levando à repressão das histórias nas famílias nazistas, embora por motivos diferentes. A necessidade pessoal de reprimir, negar e dissociar em combinação com a necessidade da sociedade de continuar, reconstruir e esquecer leva a um silêncio prejudicial. Como judia americana, também tive que enfrentar a percepção a nosso respeito como imperialistas, que ditam as regras aos demais. A “vítima” nunca imagina que está sendo vista dessa forma.

O encontro em Israel foi intenso e trabalhoso por diversas razões. Subestimamos a dificuldade dos israelenses com relação ao local, e foi apenas em nosso terceiro encontro, três meses depois, em Boston (Universidade de Brandeis), que conseguimos fazer as associações e processar aquele poderoso encontro em Israel. Havia o fato de estarmos em Israel, onde alguns aspectos do conflito entre palestinos e israelenses nos forçavam a relacionar as experiências dos judeus como vítimas do Holocausto com a identificação de aspectos deles como “*perpetradores*”. Isso facilitou uma maior identificação dos participantes judeus com os alemães e também pareceu permitir que os alemães se sentissem mais confortáveis no que tange à agressividade. O conforto de nossos papéis iniciais estava ameaçado. Além disso, a temperatura estava insuportavelmente alta, devido ao *hamsim*⁴ que soprava. Uns eram mais, outros menos afetados, mas todos sentíamos a tensão e a irritabilidade provocada pelo calor. A realidade do Oriente Médio era palpável em todos os sentidos. As subdivisões no grupo judeu ficaram mais óbvias – os judeus americanos e os israelenses. A luta dos

⁴ Vento do deserto, muito quente, seco e sufocante.



israelenses era diferente da nossa, independentemente do quanto os judeus americanos estavam dispostos a se identificar com Israel. Não morávamos ali, e então eu me sentia protetora de minha *tribo*. Será que os participantes alemães estariam cientes dessas cisões entre nós? Para minha surpresa, pareciam ouvir e entender. Além disso, nosso encontro aconteceu durante Yom Hashoah (Dia em Memória ao Holocausto), que claramente tinha um significado diferente para os israelenses. O maior estresse e ansiedade ocorreu quando fomos todos juntos ao Yad Vashem (Museu do Holocausto em Israel). Talvez não tenhamos antecipado adequadamente as emoções que viriam à tona ao compartilharmos essa visita e, infelizmente, não reservamos tempo necessário para digerir o significado dessa experiência até o encontro subsequente. Em termos de processo grupal, cada uma das vivências que promoviam o entendimento e a intimidade também provocavam reações privadas, individuais, que não foram compartilhadas em sua totalidade. Para os participantes alemães, estar em Israel evocava fantasias de sacrifício. Para os judeus americanos, havia pronunciados sentimentos de identidade, culpa e de estarem *deslocados*.⁵ Identificamos a necessidade de acrescentar tempo para que os subgrupos se reunissem sozinhos, bem como de incluir tempo livre em nossa agenda diária.

Apesar de algumas dificuldades reais nesse encontro, ficou claro que havia um processo em andamento em que a maioria se sentia comprometida e desejosa de continuar. Desenvolvemos um humor próprio, piadas particulares e a história recheada de significados e de novas experiências de termos visitado juntos dois países. Todos aplaudimos quando uma participante alemã matou um mosquito “*israelense*” sem culpa! Era inacreditável pensar que eu tinha visitado o museu Yad Vashem na companhia da filha de um nazista que fora um dos arquitetos do Holocausto. Choramos juntas, com sinceridade, e, ao mesmo tempo, experimentei uma sensação de triunfo ao apontar a foto de meu primo ainda garoto sendo preso na Polônia, assegurando que *eles* soubessem que ele continua vivo (“*Vocês não nos pegaram, olha aí!*”). A experiência nos aproximou muito de nossos pais, com quem praticamente nos deparamos no museu. No Yad Vashem, pude sentir vivamente a luta entre tentar abrir espaço para a experiência dos meus pais, viver minhas novas experiências e o temor de extravasar uma parte do meu ódio. Esse processo foi de extrema ajuda para ampliar meu entendimento das complexidades nos processos de paz: conflitos de lealdade com relação ao próprio processo, à experiência coletiva e à experiência individual. Em nível psicológico, pude avaliar o mecanismo de transmissão coletiva e paterna não só do trauma, mas de crença,

⁵ N.R.: [*feelings of dislocation* no original. Ver nota de rodapé 2.

afeto e experiência passada, que, juntos, constroem nossa identidade. Os conflitos entre manter a individualidade ou internalizar os “traumas escolhidos” (Volkan, 2004) de nossos pais e de nossa cultura são realmente poderosos.

Ao final desse encontro, fomos convidados a apresentar nosso trabalho em uma reunião aberta na Casa Goethe em Tel Aviv. As reações da platéia foram muito variadas. Alguns achavam que estávamos realizando um trabalho corajoso e necessário, enquanto outros se mostraram indignados com os participantes judeus, julgando que estavam traindo suas famílias. Uma pessoa da platéia afrontou uma das participantes alemãs, alegando que se sua mãe sabia das atividades nazistas praticadas por seu pai, então não deveria ter permitido que ela nascesse. Pelas reações do público, foi possível compreender o fardo que cada um carregava e obter uma melhor noção dos obstáculos enfrentados com nossos legados. A experiência com o público também nos mostrou a importância de divulgarmos nosso trabalho para que provocasse efeitos sobre outros, além de nós mesmos. Transformamos em tradição do grupo a realização de uma sessão aberta ao público em cada encontro. Dessa primeira sessão pública, também nos tornamos mais cômicos sobre o uso e abuso da mídia (havia cobertura por jornal local), bem como constatamos que, enquanto havia muitas pessoas desejosas de se juntar a nós e participar de nossa experiência, outras estavam enfurecidas. Essas são as polarizações que existem naturalmente em qualquer conflito.

A maioria dos participantes relatou o sentimento de extrema exaustão física e emocional no retorno para casa após esse segundo encontro. Tínhamos nos dispersado ao acaso depois do último evento do grupo, e a sensação era de isolamento por não termos reservado tempo para reflexões e despedidas. O enquadre havia sido perdido, o que serviu para reforçar sua importância. Pactuamos a inclusão de tempo para despedidas formais e encerramentos em nossos encontros futuros. A filmagem da BBC e a oportunidade de falar em público acabaram sublinhando questões de competitividade individual e a identificação de nossas diferenças. As transferências relativas a irmãos e pais se intensificaram à medida que se tornava manifesto o desejo de agradar o líder ou de rebelar-se. A euforia do primeiro encontro era uma lembrança agradável, semelhante a uma cura por transferência. Uma visão mais realista substituiu a visão idealizada que tínhamos do grupo e de nosso potencial. Felizmente, o terceiro encontro, em Boston, aconteceu apenas alguns meses mais tarde, o que possibilitou processar e elaborar as experiências pessoais e de grupo que ocorreram durante e após o que se passara em Israel.



9 Terceiro encontro (elaboração) – Universidade de Brandeis, julho de 1993

O estresse pessoal e grupal sob alguns aspectos era de tal magnitude nesse momento que poderia ter ameaçado a continuidade da experiência. O filme da BBC consistia num produto acabado e, assim, facilmente se prestava à falsa sensação de termos chegado ao término enquanto grupo (o filme foi uma ferramenta incrível para todos nós e, de certa forma, agora, quinze anos depois, é o nosso “*filme caseiro*”⁶, que mostramos com carinho). A importância de termos agendado previamente esse próximo encontro era óbvia. Representava um teste ao nosso compromisso com a elaboração, agora que a fase de indução parecia ultrapassada e sentimentos claramente negativos também haviam emergido. Conseguimos instituir algumas alterações em nossas atividades e agendas de forma a melhor atender as necessidades grupais e reservar tempo para dedicar ao processo. Trabalhamos com mais empenho para manter um enquadre claro.

Durante esse terceiro encontro, o grupo entrou no que pareceu constituir uma sólida fase de elaboração. Um grupo como esse nos força a entender o que significa *elaborar* o passado. A história de vida de nossos pais e sua experiência transmitida é o que cria nosso presente. Como indivíduos, jamais poderíamos elaborar o passado cultural, coletivo. Será possível fazer luto por perdas coletivas? Entretanto, agora tínhamos um passado em comum. Estávamos mais seguros uns com os outros, e assim podíamos ser honestos a respeito de sentimentos de cunho mais agressivo e competitivo. Tínhamos perdido alguns membros, estávamos começando a falar em incluir outros, e ficou claro que estávamos identificados com nossa pertença ao grupo.

Os conceitos de reconciliação e perdão eram debatidos, bem como maneiras para que pudéssemos conduzir nossos atos de forma autônoma e não como representantes de nossos pais. Foi possível olhar para as nossas diferenças religiosas, as fronteiras judaico-cristãs e o enorme abismo causado pelo anti-semitismo. Nossa identidade e processo constituíam a questão central enquanto buscávamos um nome para o grupo e uma forma de nos identificarmos.

No início, por questões de logística, sem pensar nem discutir muito, havíamos adotado o nome *The reconciliation trust* (*Confiança na reconciliação*) para o financiamento, abertura de conta jurídica, etc. Apenas agora começávamos a falar sobre o real significado de um nome. Sentíamos-nos presos às iniciais *TRT* que constavam na nossa conta! Concordamos que a palavra *reconciliação* jamais

⁶ N.R.: *Home movie*.

poderia nos definir, pois não estávamos em posição de reconciliar nada relacionado ao passado e, com certeza, também não em nome dos efetivos participantes – nossos pais e quaisquer outras vítimas e perpetradores. O máximo que eventualmente poderíamos reconciliar eram conflitos internos, conflitos entre nós e nossos pais, e questões existentes agora entre os participantes.

Reconciliação pode ser um termo legal, religioso, econômico ou político. O componente emocional é mais complicado. Como é possível reconciliar construções de identidade que se estabeleceram individual e coletivamente ao longo de gerações de conflito? As religiões têm visões diferentes da reconciliação. No Judaísmo, o malfeitor ou culpado deve pedir perdão à vítima pessoalmente. Se a parte lesada aceitar as desculpas/o reconhecimento, é possível iniciar um processo de perdão e reconciliação. A palavra *re-conciliação* implica ter havido um período anterior, quando as partes estavam em paz. *Re* significa fazer de novo. Em nosso grupo, uma das condições estava presente, mas não a outra. Nossos pais tinham vivido numa época de coexistência e reconhecimento mútuos. Mas nós éramos seus filhos, e não os perpetradores e as vítimas. Concordamos que reconciliação não podia estar em nosso nome.

Queríamos manter as noções de escuta, diálogo, reflexão, construção de pontes – termos relativos a um processo. Escolher um nome era assustador sob diversos aspectos. A discussão a respeito do nome tornou-se uma defesa contra um certo temor relacionado à participação, ao compromisso e à permanência, mas levou a uma compreensão mais profunda de nossos conflitos individuais relacionados à identidade pessoal, identidade do grupo e lealdade aos nossos pais. Participar de um grupo separado de nossas comunidades identificadas originais tinha um significado psicológico e social, bem como significados em termos de identidade profissional, familiar, comunal, política e pessoal.

Pela primeira vez, víamos nosso grupo para além de uma coleção de egos tribais e reconhecíamos nosso vínculo como uma nova entidade. Alguns participantes começaram a se preocupar com o isolamento e queriam incluir outros membros. Outros pressionavam colegas do grupo a realizarem *projetos*, a falar publicamente sobre a experiência ou a abraçar outras causas sociais. A culpa pelos prazeres de uma experiência gratificante estava empurrando alguns a se voltarem para tarefas; outros se sentiam altruísticos e genuinamente desejavam compartilhar a experiência; outros, ainda, tentavam identificar-se com o líder e sentiam certa necessidade de serem criativos e prolíficos como ele. Havia, claramente, divisão entre os ativistas, executores e os que consideravam a experiência reflexiva, interna, uma justificativa suficiente para a existência do grupo. A discussão de projetos pode ter sido a manifestação de uma resistência



contra questões mais profundas, percebidas como ameaçadoras. Alguns não queriam concentrar-se em projetos, temendo que isso significasse a dissolução do grupo e, em seguida, sentiam vergonha por assim expressarem sua necessidade do grupo. A discordância no grupo (não apenas do lado alemão ou judeu) era respeitosa e tolerada e reforçou a capacidade dos participantes para escutar e entender uns aos outros.

Estávamos debatendo o valor do grupo para além das fronteiras e do crescimento pessoal. Questionávamos se esse tipo de trabalho em grupo faria sentido para as sociedades judaica e alemã em geral e para outros grupos em conflito ou se trazia benefícios apenas em nível individual. Estaríamos autorizados a fazer algo por nós mesmos?

Nossa sessão pública, nesse encontro de Boston, foi com um grupo de educadores intitulado *Facing history in ourselves* (*Encarando a história em nós mesmos*), que, atualmente, é uma organização internacional dedicada ao treinamento de professores que trabalham com currículos voltados a questões de racismo, intolerância, anti-semitismo, preconceito, etc. A apresentação foi muito bem recebida, e nos sentimos validados por nossos encontros e pelo uso do método de *contação de histórias*. Encontrar outras organizações nos fez concluir que tínhamos algo a oferecer, e passamos a pensar de uma forma mais operacional e teórica sobre nossos propósitos. Também percebemos a necessidade nos identificarmos através de um nome, caso desejássemos efetivamente entrar para o mapa mundial dos grupos de diálogo legítimo e de resolução de conflitos.

Realizamos mais três encontros ao longo dos três anos seguintes, em Berlim, Ein Gedi e Boston (mantivemos o esquema de rotação entre os três países). Cada um dos encontros teve seu próprio sabor, suas questões e seus conflitos. Estabeleceu-se um ritmo de movimentação natural entre assuntos tópicos e eventos específicos do local onde nos encontrávamos e questões intrapsíquicas, interpessoais. Muitos acontecimentos se passaram na vida do grupo, o mais notável tendo sido o falecimento de uma de nossas participantes judias mais antigas, que havia nascido na Polônia, depois viveu em Israel e mais tarde na Alemanha. Ela servia à representação de diversos papéis no grupo, na medida que era uma judia, casada com um participante alemão e vivendo na Alemanha. Choramos juntos a sua morte. De alguma maneira, esse falecimento reascendeu sentimentos de desespero e perda que havíamos carregado por toda a nossa vida. Todos compartilhamos essa perda, o que nos aproximou ainda mais.

Durante esses anos, fomos convidados como grupo para uma série de conferências internacionais, o que nos proporcionou uma identidade coletiva e a oportunidade de compartilharmos experiências desvinculadas da história de nossos

pais. Nossas rodas de contação de histórias tornaram-se mais abertas, revelando aspectos de nossa vida pessoal não necessariamente relacionados ao Holocausto. Percebemos que nossos vínculos e a forma como os definíamos tinham ultrapassado a questão do Holocausto e baseavam-se em ligações mais universais e mundanas. Em outras palavras, pareciam *normais* e reais, não apenas carregados com as implicações do Holocausto. Participantes judeus passaram a criticar os alemães, alegando que esses não estariam fazendo o suficiente para mudar a Alemanha, como se agora essa tarefa fosse deles. Debates também nossos papéis em um processo político, mais particularmente no conflito entre Israel e a Palestina, que estava explodindo após um período relativamente pacífico. Juntos, passamos a olhar os vínculos dolorosos entre o Holocausto e a posição que os judeus estavam enfrentando agora em Israel. Os participantes alemães passaram a enfrentar novas ansiedades, temerosos de que a expressão de qualquer empatia para com os palestinos pudesse ser interpretada como anti-semitismo por parte dos judeus. Somente no último encontro isso apareceu abertamente, e pudemos lidar com o assunto. Tínhamos, agora, um novo participante israelense e dois novos alemães, mais jovens. Dan Bar-On passou a se perceber mais como participante do que como líder do grupo. A essa altura, ele estava trabalhando em vários outros projetos em Israel e sentindo uma necessidade crescente de direcionar suas energias para os conflitos que lá ocorriam. Na verdade, muitas vezes, o grupo funcionava tranqüilamente, como se não tivesse líder, mas essa era apenas uma prova da habilidosa liderança de Dan Bar-On. Se ele tivesse saído do grupo em qualquer momento, tenho certeza de que o grupo teria se dissolvido. Devíamos a ele a existência no grupo de uma atmosfera de segurança e disposição para enfrentar riscos. Ocasionalmente, alguns participantes pensavam poder assumir a liderança, mas, rapidamente, enfrentavam a resistência dos demais. Houve lutas pelo poder dentro do grupo. A correspondência por e-mail também foi se tornando prevalente, e nossas condições de comunicação e organização entre as reuniões sofreram drásticas mudanças. Concordamos em utilizar as mensagens por e-mail estritamente para comunicações administrativas e para troca de idéias e informações, e não para a discussão emocional, a qual exigia o encontro frente a frente para ser adequadamente elaborada.

10 Pré-encerramento (internalização e separação)

Por ocasião de nosso sexto encontro, em 1996, estava claro que tínhamos feito juntos o que era possível sobre o tema do Holocausto. Chegamos a essa



reunião com uma sensação de mudança no ar. Para muitos de nós, o Holocausto não estava resolvido, mas estava sem dúvida mais leve; tínhamos alcançado, juntos, uma certa paz sobre o assunto. Sentíamos a necessidade e a liberdade de prosseguir a nossa vida. Tínhamos como tarefa o encerramento do grupo, mas não de nossas relações. Vários participantes haviam se envolvido com projetos externos, e estávamos usando o grupo como uma *nave mãe* para a qual podíamos retornar para reabastecer. Um dos participantes iniciou seu próprio grupo na Áustria. Dois outros se interessaram pela realização de workshops para terapeutas alemães. Os participantes israelenses estavam com intenções de tentar trabalhar de outro modo com os palestinos e pretendiam utilizar o modelo de contar e ouvir histórias. Um participante, artista, cuja obra havia focado exclusivamente temas do Holocausto, iniciara projetos com artistas palestinos e trabalhava em novos projetos relacionados à identificação e ao reconhecimento da situação por que Israel passava. Essas atividades externas de nossos participantes agora não pareciam mais resistências, mas sim um produto natural, refletindo crescimento e ganhos provenientes do grupo. Cura, autoconsciência e flexibilidade suficientes haviam se estabelecido, e nosso interesse estava mais voltado aos efeitos-cascata que podíamos desencadear em nossas vidas pessoais, fora do grupo e juntos enquanto grupo. Passamos a cogitar a possibilidade de convidar alguém para escrever sobre nossa experiência, mas não conseguíamos chegar a um consenso sobre algum escritor alheio ao grupo. Nenhum de nós (exceto Bar-On) sentia-se capaz de ser ou escolher um porta-voz autêntico para o grupo. Nossa lealdade ao grupo estava começando a emparelhar-se à fidelidade original com nossas respectivas comunidades e famílias – como ultrapassá-la sem perdê-la?

No aspecto prático, também tínhamos quase esgotado as reservas financeiras e as idéias para encontros futuros. Todos os sinais de que era hora de encerrar o grupo estavam presentes; no entanto, havia o desejo de permanecermos ligados de alguma forma. Nesse encontro, cujo assunto foi o término de nosso grupo da forma como havia sido concebido originalmente, finalmente conseguimos dar um nome a ele. Queríamos que definisse o que tínhamos feito e, principalmente, que refletisse nossa disposição individual de nos identificarmos com um grupo. O tópico da escolha do nome estivera na pauta de todos os encontros a partir do segundo, e sabíamos que era preciso fazê-lo antes de encerrarmos e se desejávamos empreender quaisquer outras atividades enquanto uma organização identificável. Finalmente, conseguimos encerrar a discussão e estabelecer o nome *To reflect and trust*, TRT (*Para refletir e confiar*), ficando a reflexão como núcleo do que havíamos realizado ao ouvir as histórias dos outros e as nossas próprias e ao colocá-las em uma nova narrativa. Confiança – refletindo uma emoção legítima

que crescera com o passar do tempo ao ouvirmos o *Outro* com respeito e reconhecimento.

A meta, agora, era decidir o que faríamos em seguida e a forma de realizar a transição a partir do que até então havia sido realizado. A fundação Koerber Stiftung estava se propondo a nos financiar e receber para tentar desenvolver o nosso modelo – e testar sua aplicabilidade a grupos em conflito ativo. Poderíamos, assim, nos transformar em um verdadeiro grupo de trabalho (Shapiro, 1991) e testar nossas idéias que ainda não haviam sido formuladas de forma estruturada. A oportunidade de operacionalizar o que havíamos aprendido, de compartilhar a experiência com outros e de ter possivelmente um verdadeiro impacto social e político era muito empolgante para a maioria dos participantes. Nossa ingenuidade provavelmente fazia parte de nosso patrimônio! Alguns decidiram não prosseguir nessa fase seguinte.

De 1998 até o presente, os grupos se expandiram, incluindo membros da África do Sul, da Irlanda do Norte, de Israel/Palestina. Como é possível imaginar, o trabalho com esses grupos certamente levantou novas questões para o nosso grupo original – que papéis desempenharíamos como facilitadores, o que aconteceria com o nosso próprio “*conflito*”, de que forma receberíamos esses grupos, quais eram as nuances e histórias de seus conflitos que os diferenciavam do nosso? Tínhamos várias tarefas novas e preocupações administrativas que antes não vinham ao caso. O que havia sido vagamente definido precisava, agora, ser articulado. Era necessário atribuir tarefas, assumir papéis, esclarecer a logística e a teoria. Segurança, proteção, metas e seleção de participantes passaram a nos preocupar. Tínhamos que tomar nossa experiência de grupo e transformá-la para novas situações. Também estávamos entrando em uma arena mais política e acadêmica. Provínhamos de disciplinas diferentes, e nossas abordagens também eram diversas. Era preciso buscar familiarizar-se com uma vasta literatura sobre resolução de conflitos, grupos de diálogo, justiça transicional, construção da paz, pacificação, etc. Também foi necessário estudar a biografia, a ambientação, a História e as histórias de conflitos que não eram nossos. O que havia sido uma experiência pessoal e privada para muitos de nós teria, agora, um caráter público. Trabalhávamos com grupos multinacionais em fase de pós-conflito, de acordo, ou em conflito ativo e, obviamente, cada uma das situações era bem diferente da nossa.

A negociação dessa tarefa, a seleção de multiplicadores para África do Sul, Irlanda do Norte, Israel/Palestina, e descrições desses encontros foram relatados em outro artigo (Bar-On, 2000) e não serão analisados aqui.



11 Wuppertal – 2003 (término)

Os participantes do grupo original haviam feito tão rapidamente a transição aos seus novos projetos com outros grupos de conflito internacional que quase nos esquecemos de nós mesmos. Éramos facilitadores para novos grupos, mas não tínhamos mais um *grupo de conflito* que fosse nosso. Não lamentamos adequadamente essa perda até nos darmos conta de que nosso próprio grupo não havia sido apropriadamente terminado. Tínhamos partido para uma experiência nova e ampla, nossas reuniões eram, agora, com parceiros sul-africanos, norte-irlandeses, israelenses e palestinos, mas não mais nos encontrávamos para o respectivo processamento. No verão de 2003, decidimos promover o encontro do grupo original (sem a presença dos participantes de grupos internacionais com quem estávamos trabalhando desde 1998) para falarmos sobre a experiência como um todo, incluindo nossas atividades individuais enquanto facilitadores nos novos grupos de conflito. O encontro ocorreu em Wuppertal, onde tudo havia começado onze anos antes. Essa constituiu nossa verdadeira reunião de encerramento e o início das lembranças e revisão da história do grupo. Conforme afirmou um colega⁷ com quem lecionei em uma disciplina sobre *Término*, “cada ator volta ao palco mais uma vez para mostrar a cara, fazer uma reverência” De fato, revivemos cada questão, memória, evento e personagem em nossa nova narrativa. Foi após esse encontro que comecei a sentir vontade de contar a história do grupo. Muitos entre nós haviam se transformado e crescido de formas significativas, estavam lidando com nosso legado do Holocausto de forma mais consciente, mais realizadora. Alguns dos participantes mais jovens agora estavam casados, com filhos, outros haviam assistido aos seus bebês tornarem-se adultos, alguns tinham perdido seus pais. Seguíamos profundamente ligados uns aos outros, mas não éramos mais o mesmo grupo. Nessa última reunião, tentamos compreender o que havíamos realizado, o que funcionou, o que não funcionou. Muitas idéias para este artigo já estavam fermentando em meu íntimo nessa época, mas levei muitos anos até conseguir refletir sobre o que o grupo havia realizado e entender a forma como internalizei a experiência.

12 Discussão teórica e conclusão

A maior parte da literatura sobre a transmissão transgeracional do trauma refere-se às vítimas ou aos sobreviventes. Tendemos a pressupor que os únicos a

⁷ Herb Schlessinger, PhD – psicanalista didata do Instituto de Psicanálise da Columbia, New York.

terem uma história para contar são os que sofreram opressão em um conflito. Ao negligenciarmos as histórias dos perpetradores e de seus descendentes, é mais provável que venhamos a testemunhar a perpetuação do ódio e do preconceito e impedir a oportunidade de reabilitação, mudança e reconciliação. Assim como é importante para quem conta a história romper o seu silêncio e contá-la, o mesmo vale para quem escuta. Quando ocorre a humanização do outro, torna-se mais difícil conservar fantasias preconcebidas a respeito do mesmo. Muitas vezes, as histórias não são contadas por vergonha, culpa, questões morais ou para evitar traumatizar a si mesmo ou aos outros. Bar-On (1989) chamou seu livro de *O legado do silêncio* numa referência à transmissão continuada de fantasias e danos causados pelo silêncio. Cada lado precisa do *outro* para ouvir e contar histórias no decorrer do processo grupal para que esse silêncio seja quebrado. Normalmente, esse tipo de diálogo não é possível a menos que a pessoa tenha experimentado fazer sua narrativa em um ambiente seguro. Conforme Bar-On verificou em seu trabalho original (1989), às vezes é a entrevista que proporciona a primeira oportunidade para que uma pessoa conte a sua história, pois possibilita uma reflexão preliminar e uma nova maneira de ver a si mesma antes de participar de um grupo maior. O processo de recontar a narrativa tendo-se um ouvinte muda a experiência e o significado da história. A maneira como uma pessoa conta sua história na presença de outra pessoa e na presença de membros de seu próprio grupo também muda. Como história, entendemos o contar e o conto (Wiederhorn, 2005). Ao ouvir, a pessoa também muda a sua narrativa coletiva. Volkan (2004) escreveu sobre o trauma escolhido, a identidade escolhida e a história de sofrimento escolhida por um grupo. Essas histórias culturais coletivas tornam-se parte da narrativa de um indivíduo e da visão que ele tem de si mesmo. Contar e ouvir histórias desafia as crenças do indivíduo relativas à sua própria história, à história de seu grupo e à história do *Outro*. Ocorre uma alteração sutil que pode permanecer intrapsíquica ou produzir uma mudança de cunho social.

A contação de histórias é um processo que não tem base política, jurídica, religiosa, nem tampouco no poder. Trabalha-se em um nível de experiência psicológica e social. O analista, no tratamento particular, escuta, mas não pode contar. A possibilidade de contar sua história à pessoa cuja história também se escuta, com reações, esclarecimentos, questões e curiosidade aberta é o que permite a cura. Embora não seja terapia de grupo, é sempre terapêutica. Escutar também é um processo ativo que cria um espaço ao ouvinte para brincar com sua própria história. O reconhecimento da vítima e do vitimizador dentro de cada um permite a verdadeira empatia e identificação com os outros no natural estabelecimento dos vínculos. As relações passam a se basear na pessoa real e não em quem foram



seus pais ou na mitologia do grupo. Sei que minha própria história mudou ao longo desses anos.

Algumas palavras sobre o líder: por mais que ele queira ser apenas um participante do grupo, isso não é possível. O líder transforma-se numa figura de transferência e precisa aceitar as distorções da transferência e usá-las de forma a aprofundar o processo e a compreensão. O líder também tem em mente algumas hipóteses conceituais a fim de que seu método ofereça continuidade e organização ao grupo. Não é necessário que o grupo esteja ciente dos processos internos do líder. Bar-On podia desempenhar essa função consciente e inconscientemente. Era capaz de tolerar os sentimentos de solidão que acompanham o líder e reconhecia, a maior parte do tempo, que tinha certo poder em função de sua liderança. Através da identificação com ele e da união com nossos pares, foi possível prosseguirmos e liderarmos outros grupos. É impossível que o líder seja percebido como neutro por todos. Há diferenças de sexo, bem como distinções profissionais, étnicas, raciais e de classe que permitem projeções sobre o líder. O idioma materno do líder e a fluência dos demais no mesmo também determinam dinâmicas específicas. Existem alternativas para o modelo de um líder único, algumas das quais experimentamos mais tarde nos grupos internacionais. Efetivamente, para os grupos em conflito ativo, talvez a co-liderança seja preferível, com um líder de cada lado, ou talvez um terceiro líder neutro, não-afluído a nenhum dos lados.

Os fatos que fizeram do TRT um grupo pessoal e socialmente importante, em grande parte, são os mesmos que caracterizam um tratamento psicanalítico de sucesso (enquadre, regras básicas, suspensão de pauta, fases inicial, de elaboração e de término no processo, manejo das transferências regressivas e reconstrução de significados).

Um ingrediente muito importante para o sucesso do nosso grupo foi o grau de preparação dos participantes. Antes de nos encontrarmos, a maioria havia lidado de uma forma ou de outra com questões relacionadas ao Holocausto em suas vidas pessoais. Muitos identificavam a existência de um componente irracional em seu medo e evitação do outro lado, e sentiam que, para aprofundar seu crescimento individual, esse outro poderia ser necessário. Penso que, na época, esses pensamentos não eram conscientes, mas, analisando o sucesso do grupo, estou certa de que esse foi um dos ingredientes. Particularmente porque nem todos os participantes do grupo provinham do campo da psiquiatria ou da psicologia, foi muito importante que todos já houvessem trabalhado de alguma maneira as repercussões em si mesmos da história de Holocausto de seus pais.

Esse foi um critério valorizado mais tarde para a escolha dos componentes de novos grupos.

Como analista, pude compreender melhor a dificuldade para que os pacientes possam realmente elaborar em sua terapia algumas das questões do Holocausto, ou de quaisquer outros traumas coletivos. Isso pode se relacionar ao fato de os terapeutas compartilharem dos mesmos pontos cegos ou silêncios vividos pelos pacientes ou pelos pais deles. Na Alemanha, onde essa temática foi inteiramente silenciada por tanto tempo, era muito difícil encontrar um terapeuta que tivesse elaborado suficientemente seu próprio passado nazista e que, portanto, não se deixasse levar por sua contratransferência ou negação no sentido de evitar esse passado. Da mesma forma, muitos dos participantes judeus consideravam que os analistas americanos, que não estavam a par das questões particulares relacionadas aos filhos dos sobreviventes, não haviam conseguido ajudá-los em certas dinâmicas e sentimentos. Atualmente, existem grupos de estudo formados por psicanalistas tanto nos Estados Unidos quanto em Israel e na Alemanha para compreender as questões da transmissão do trauma relacionado à experiência dos pais no Holocausto, e o campo psicanalítico em geral está muito mais ciente da transmissão traumática. Espero que tratamentos e grupos como o TRT sejam postos em prática muito antes de passados 50 anos da violência ou dos eventos traumáticos.

A natureza da contação de histórias pode auxiliar na elaboração de aspectos particulares do passado traumático e, talvez, criar espaço na narrativa pessoal para incluir os silêncios. Contando a própria história e escutando a dos outros, é possível ver-se no outro e, lentamente, passar a tolerar o reconhecimento tanto da vítima quanto do perpetrador dentro de si mesmo. Aprendemos acerca de nós mesmos ao escutarmos a percepção que o outro tem de nós. Podemos começar a imaginar a experiência do outro e a sentir possibilidades de ser imaginado e visto pelo outro. Os estereótipos se rompem quando os rótulos se transformam em pessoas reais. Torna-se também possível chorar as próprias perdas se forem reconhecidas na história do *Outro*. A questão do luto coletivo e da possibilidade de elaborá-lo, se não puder ser respondida, ao menos poderá ser abordada. E fazê-lo abertamente, com ambos os lados presentes, constitui algo transformador. O sucesso de programas de justiça restaurativa, Comitês de Verdade e Reconciliação, programas de justiça transicional, tratados de paz e acordos negociados baseia-se nesse conceito. Compreendemos como é difícil respeitar todos os tipos de sofrimento sem julgar ou comparar a dor do outro. Havendo maior abertura para a história do outro, também nos tornamos mais tolerantes com nossa própria história e abrimos espaço para uma mudança na história coletiva.



A história de um grupo: uma visão analítica do uso da contação de histórias para romper a ...

Aquilo que não é consciente está condenado a ser repetido e, por isso, é tão importante falar e romper o silêncio. □

Abstract

The story of a storytelling group: an analytic view of the use of storytelling to break the transmission of silence

A successful group made up children of Nazi perpetrators and children of Holocaust survivors is described. Storytelling with and listening to the other are critical for working through one's own legacy and internalizations. The group used the model with other groups in active conflict. The process of this group is looked at from an analytic point of view.

Keywords: Transmission of trauma. Storytelling. Perpetrators. Survivors. Stereotypes. Identity.

Resumem

La historia de un grupo: una visión analítica del uso del contar historias para romper la transmisión del silencio

Un exitoso grupo formado por niños de los perpetradores del nazismo y niños de supervivientes del Holocausto es descrito. El contar historias y escuchar al otro son críticos para el trabajo hacia su propio legado e internalizaciones. El grupo usó el modelo con otros grupos en conflicto activo. El proceso de ese grupo es analizado desde una mirada psicoanalítica.

Palabras llave: Transmisión del trauma. Contar historias. Perpetradores. Supervivientes. Estereotipos. Identidad.

Referências

- BAROCAS, H. A.; BAROCAS, C. B. (1979). Wounds of the fathers: the next generation of holocaust survivors. *International Review of Psycho-Analysis*. v. 3, p. 331-340.
- BAR-ON, D. (1989). *Legacy of Silence*. Cambridge: Harvard U. Press.
- _____. (1993). First Encounter between children of survivors and children of perpetrators in the holocaust. *Journal of Humanistic Psychology*. v. 33, n. 4, p. 6-14.
- _____. (2006). *Tell your life story: creating dialogue among jews and germans, israelis and Palestinians*. Budapest: C.E. Press.
- _____. et al. (Ed.) (2000). *Bridging the gap*. Hamburg: Koerber.

Deena R. Harris

- BERGMAN, M.; JUCOVY, M. E. (Ed.) (1982). *Generations of the holocaust*. New York: Basic Books.
- BION, W.R. (1961). *Experiences in groups and other papers*. London: Tavistock.
- BRUNER, J. (1990). *Acts of Meaning*. Cambridge: Harvard University. Press.
- CLAY, C. *Children of the third reich*. London: BBC production; Time Watch, 1993. 1 DVD (50 min)
- DANIELI, Y. (1984). Psychotherapists' participation in the conspiracy of silence about the holocaust. *Psychoanalytic Psychology*. v. 1, n. 1, p. 23-42.
- EPSTEIN, H. (1979). *Children of the holocaust*. New York: Penguin Books.
- GRINBERG, L. (1993). *New introduction to work of Bion*. New Jersey: Jason Aronson.
- GUBRICH-SIMITIS, I. G. (1981). Extreme traumatization as cumulative trauma. *Psychoanalytic Study of the Child*. v. 36, p.415-50.
- HARDTMANN, G. (1982). Shadows of the past. In: BERGMANN, M. S.; JUCOVY, M.E. (Ed.) *Generations of The Holocaust*. New York: Columbia U. Press.
- KESTENBERG, J., (Ed.) (1982). The persecutor's children. In: BERGMANN, M. S.; JUCOVY, M. E. (Ed.) *Generations of the Holocaust*. New York: Columbia U. Press.
- LAUB, D.; AUERHAHAN, N. (1985). Knowing and not knowing the Holocaust. *Psychoanalytic Inquiry*. v.5, n.1.
- MONTVILLE, J. V. (1990). The psychological roots of ethnic and sectarian terrorism. In: VOLKAN, V. D.; JULIUS, D. A.; MONTVILLE, J. V. (Ed.). *The psychodynamics of international relationships*. Lexington: Lexington Books, 1991. p. 163-180.
- NIEDERLAND, W.G (1981). The survivor syndrome: further observations and dimensions. *J. Amer. Psychoanal. Assn.* v. 29, p. 413-425.
- SHAPIRO, R. L. (1991). Psychoanalytic theory of groups and organizations. *J. Amer. Psychoanal. Assn.* v. 39, p. 759-781.
- SICHOVSKY, P. (1988). *Born guilty: children of nazi families*. New York: Basic Books.
- VARDI, D. (1982). *Memorial candles: children of the Holocaust*. Tavistock: Routledge.
- VOLKAN, V. (2004). *Blind trust: large groups and their leaders in times of crises and terror*. Charlottesville: Pitchstone.
- WIEDERHORN, J. (2005). *Testifying in the grey zone: testimonies from the Shoah Foundation Oral History Collection*. Presented at Oral History Association, Providence: R.I. Unpublished paper.
- WIESEL, E. (1999). *The perils of indifference*. Speech given at the White House on Apr. 12.

Recebido em 19/03/2008

Aceito em 02/04/2008

Tradução de **Ingrid Brugger**

Revisão técnica de **Lúcia Thaler**

Deena Harris

239 Central Park West, Suite 1 BW,

10024 – New York – NY – U.S.A.

e-mail: drh2@columbia.edu

© Deena Harris

Versão em português Revista de Psicanálise – SPPA